



GT 39. Estudos etnográficos sobre cidadania

Coordenador(es):

Marcus André de Souza Cardoso da Silva (UNIFAP - Universidade Federal do Amapá)

Luís Roberto Cardoso de Oliveira (UNB - Universidade de Brasília)

A terceira onda democratizante na América Latina não se mostrou capaz de suprimir desigualdades estruturais nem garantiu a efetivação dos direitos civis e sociais dos cidadãos. Isto representou um desafio às abordagens formalistas da teoria política, incapazes de explicar satisfatoriamente as especificidades que caracterizaram este processo. Nesse cenário, a antropologia, com seu foco etnográfico, tem muito a contribuir para o debate sobre “direitos”, “cidadania”, “igualdade” e “justiça”. Ao deslocar a análise da dimensão formal da cidadania para como os direitos são vividos, concebidos e problematizados cotidianamente pelos atores sociais, abre-se espaço para perceber rearranjos e concepções distintas da formulação eurocêntrica. Ao fazer isso, os antropólogos têm desestabilizado abordagens que naturalizam o modelo liberal, demonstrando que não é possível compreender a “cidadania” como um status puramente legal que garante ao indivíduo um conjunto de direitos e deveres em sua relação com o Estado. Tendo isto em mente, o GT busca comparar e debater trabalhos etnográficos que abordem: como a “cidadania” é significada por diferentes atores associados às agências do Estado, ONGs, movimentos sociais e outros coletivos; como se dão as relações que estes diferentes atores estabelecem entre si; quais são os desafios metodológicos dos estudos etnográficos sobre “cidadania”.

Direito à moradia: formação política e mobilização comunitária na luta pela moradia popular

Autoria: Michelle Lima Domingues (UFF)

Este work é resultado parcial de pesquisa que visa compreender processos coletivos de demandas e engajamento pelo direito a moradia popular, centralizados na região portuária da cidade do Rio de Janeiro e em suas adjacências. Tais processos objetivam a permanência de famílias de baixa renda em um espaço imbricado por competições pelo território que é foco de projeto de revitalização urbana subsidiado pelo Estado, chamado Porto Maravilha. O work trata especificamente de análise etnográfica da implementação de um projeto habitacional governamental, vinculado ao programa federal brasileiro Minha Casa Minha Vida Entidades, contratado em 2015, que se coaduna com a perspectiva de contrapartida social do Plano de Habitação Social do Porto. O grupo de famílias trabalhadoras “Quilombo da Gamboa”, que foi beneficiário do projeto em foco, é representado por dois movimentos sociais de luta pela moradia e por uma Organização Não Governamental de defesa dos direitos humanos. Neste work, considerando um dos eixos da pesquisa em andamento, “política e cidadania”, proponho articular as correlações, tensões e limites entre o fomento à criação de “novos sujeitos sociais” (Oliveira, 2003), na esteira do “novo progressismo” proposto por agentes do Terceiro Setor no desenvolvimento da sociedade civil e a gestão e implementação da política pública habitacional no Brasil nos anos 2000. Para tanto busco discutir os agenciamentos institucionais dos núcleos familiares no sentido da organização comunitária e formação política para a autogestão na promoção do direito à moradia e do direito à cidade. O work pretende discutir os agenciamentos institucionais deste grupo de famílias pelos coordenadores do projeto e lideranças locais, bem como pelas instituições gestoras e financiadoras do programa habitacional, que se articulam em determinados sentidos e arranjos de significados nos espaços político-pedagógicos de formação e mobilização comunitária. Assim, a luta pela moradia digna e demais direitos sociais na cidade pressupõe processos de transformação social das famílias beneficiárias que, através da legitimada comunidade organizada e da visibilização de conversões qualificadas, devem, pela evidência de suas carências e de seu consequente desejo de autonomia frente a



**Reunião Brasileira
de Antropologia**

SABERES INSUBMISSOS:
DIFERENÇAS E DIREITOS
RIO 2020

www.portal.abant.org.br/evento/rba/32RBA

ISBN: 978-65-87289-08-3

elas, transformar-se em cidadão.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: